

Rafael Campos Soares da Fonseca

**O ORÇAMENTO
PÚBLICO
E SUAS EMERGÊNCIAS PROGRAMADAS**



Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Rafael Campos Soares da Fonseca

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Leticia Robini de Souza

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

FONSECA, Rafael Campos Soares da
O orçamento público e suas emergências programadas – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia
ISBN: 978-85-8425-498-9

1. Direito. 2. Direito Público I. Título. II. Direito

CDU341

CDD342

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	25
1. O ORÇAMENTO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	33
1.1. A Dimensão Financeira do Estado Constitucional.....	34
1.1.1. Estado Fiscal e República.....	35
1.1.2. Federalismo Fiscal.....	40
1.1.3. Soberania Fiscal.....	42
1.1.4. Constituição Financeira.....	45
1.2. Democracia Deliberativa e sua Dimensão Financeira.....	51
1.3. A Dimensão Constitucional do Orçamento Público.....	53
1.3.1. A lei do orçamento público.....	55
1.3.2. O orçamento público na Constituição da República de 1988.....	62
2. A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A JUSTICIABILIDADE EM ABSTRATO DAS DECISÕES ORÇAMENTÁRIAS	83
2.1. Análise Comparativa sobre a Legitimidade Democrática da Jurisdição Constitucional: entre a teoria da argumentação standard e a retórica moderna.....	85

2.1.1. A tópica de Theodor Viehweg e as teorias da argumentação jurídica.....	86
2.1.2. Teoria da argumentação jurídica standard.....	92
2.1.3. A Construção Retórica do Direito.....	95
2.1.4 Democracia e corte constitucional.....	97
2.1.5 A possibilidade e a conveniência da jurisdição constitucional na democracia	100
2.2. Estratégias Metodológicas de Análise de Discursos do STF a partir da Teoria da Argumentação Jurídica Padrão e da Retórica Moderna.....	101
2.3. A Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.048.....	111
2.3.1. A narrativa jurisprudencial acerca do controle objetivo de normas orçamentárias	112
2.3.2. Uma visão do julgamento da ADI-MC 4.048.....	124
2.4. Coesão, coerência e consequências da ADI-MC 4.048.....	129
2.5. Análise Empírico-Retórica da ADI-MC 4.048.....	139
2.6. A Justiciabilidade em Abstrato da Abertura de Créditos Extraordinários.....	146
3. O ORÇAMENTO PÚBLICO E A ABERTURA DE CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS POR MEDIDA PROVISÓRIA.....	153
3.1. A Separação dos Poderes e a Emergência Constitucional.....	154
3.1.1. O Poder Executivo e a abertura de créditos extraordinários	159
3.1.2. O Poder Legislativo e a abertura de créditos extraordinários.....	173
3.1.3 O Poder Judiciário e a abertura de créditos extraordinários.....	179
3.2. Créditos Extraordinários, Hiperpresidencialismo e Democracia Delegativa.....	188
CONCLUSÃO.....	197

REFERÊNCIAS	205
ANEXO A – EMENTA, ACÓRDÃO E EXTRATO DE ATA DA ADI-MC 4.048	225
ANEXO B – VISÃO GLOBAL DA ADI-MC 4.048 E INCIDÊNCIA DE INDICADORES RETÓRICOS	228
ANEXO C – LISTA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (2008-2015)	230
ANEXO D – AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUIZADAS EM FACE DE MEDIDA PROVISÓRIA QUE VEICULE ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	238